

CAROLINA SOUTO CARBALLIDO

Cargo efetivo: Auditora Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União – desde junho/2006

<https://www.linkedin.com/in/carolina-carballido-24a251163>

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- 1) Graduação: Administração - Universidade Federal da Bahia, 2003.
- 2) Pós-graduação em Processo Administrativo Disciplinar, Universidade de Brasília, 2009.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

1) Ministério da Agricultura e Pecuária

- Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, dezembro de 2023 até o momento.

Atividades: responsável pelas demandas de controle interno e controle externo, fazendo o monitoramento do atendimento às demandas junto aos órgãos de controle e de defesa do Estado. Responsável pela integridade, gestão de riscos, transparência e acesso à informação, liderando o programa de integridade do Ministério, bem como projetos de integridade para as empresas, associações e cooperativas do agronegócio. Também exercendo a função de autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação.

2) Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A.

- Corregedora, maio de 2023 a dezembro de 2023.

3) Diretoria de Promoção da Integridade da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União

- Coordenadora-Geral de Integridade Pública, janeiro 2019 a janeiro 2023

Atividades: responsável pelo estabelecimento e implementação da política de integridade pública no Poder Executivo Federal, coordenando, orientando, supervisionando e avaliando a implementação dos programas de integridade pública nos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, Sipef. Responsável pela elaboração da minuta e discussões sobre o normativo instituidor do Sipef (Decreto Nº 10.756/2021). Desenvolveu e ministrou capacitações, oficinas e palestras sobre integridade pública, riscos para a integridade pública e outros temas correlatos. Responsável pela gestão do [painel integridade pública](#). Desenvolvimento e implementação de campanhas de comunicação e de projetos voltados para cultura de integridade, como a [campanha #integridadesomostodosnós](#) e o [projeto Valores do Serviço Público Federal](#). Coordenou, junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE), projetos de cooperação para o [aperfeiçoamento da política de integridade pública](#), do Sipef, da [gestão dos riscos para a integridade pública](#) e para a aplicação das ciências comportamentais às políticas de integridade pública. Coordenou a participação do Brasil no projeto sobre os [indicadores de integridade pública da OCDE](#) – fazendo a interlocução com diferentes órgãos e entidades do Executivo, Legislativo e Judiciário. Coordenou a avaliação da OCDE no Brasil sobre integridade pública e o primeiro estudo OCDE sobre confiança cidadã na América Latina. Representou o país no Working Party of Senior Public Integrity Officials (SPIO), OCDE – participando das reuniões e discussões sobre integridade pública com representantes de diversos países. Representou no país da Rede de Integridade Pública da América Latina e Caribe – BID-OCDE. Participou como especialista convidada em estudos de integridade pública da OCDE no [Chile, México e Costa Rica](#).

Exercia a função de substituta do Diretor de Promoção da Integridade.

4) Coordenação-Geral de Integridade da Diretoria de Promoção da Integridade, Acordos e Cooperação Internacional da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União

- Chefe de Divisão de Integridade, setembro 2017 a janeiro 2019

Atividades: responsável pelo desenvolvimento de temas e atividades afetos à integridade pública. Responsável pela implementação, no Poder Executivo Federal, do Profip – programa de fomento à integridade pública. Responsável pelas análises e decisões referentes às consultas sobre conflito de interesses apresentadas pelos servidores públicos federais, conforme estabelecido na Lei Nº 12.813/2013. Responsável pelas análises de denúncias sobre nepotismo no âmbito do Poder Executivo

Federal, conforme dita o Decreto Nº 7.203/2010. Responsável pela regulamentação do Decreto Nº 9.203/2017, no que tange à integridade pública.

5) Secretaria de Controle Interno da Presidência da República

- Coordenadora-Geral de Correição, maio 2015 a junho 2016;

Atividades: Condução da orientação normativa e da supervisão técnica Responsável pelos procedimentos disciplinares investigativos e apuratórios instaurados em face de servidores públicos, pelas inspeções correcionais e pelas visitas técnicas de correição, em todos os órgãos e entidades vinculados à Presidência da República.

- Assessora no Gabinete da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, dezembro 2014 a maio 2015

Atividades: assessoramento do Secretário na gestão estratégica. Gestão do monitoramento das ações de controle. Apoio técnico ao Comitê Técnico de Auditoria da Presidência da República. Coordenação das atividades relacionadas ao atendimento dos pedidos da Lei de Acesso à Informação.

- Assistente Técnico e Coordenadora-Geral Substituta na Coordenação-Geral de Correição da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, junho 2012 a dezembro 2014

Atividades: Estruturação da Corregedoria da Presidência da República. Condução da orientação normativa e da supervisão técnica relativas às atividades correcionais dos órgãos e entidades vinculados à Presidência da República.

6) Gabinete do Corregedor-Geral da União da Controladoria-Geral da União

- Supervisora, 2008 a junho 2012.

Atividades: coordenação de projetos voltados à melhoria da gestão da Corregedoria-Geral e ao aperfeiçoamento da atividade correcional. Coordenação dos cursos de processo administrativo disciplinar ministrados pela CRG. Composição de comissões de processo administrativo disciplinar. Composição de comissões de processo administrativo sancionador de empregados públicos. Instrutora dos cursos de processo administrativo disciplinar.

7) Corregedoria Setorial do Ministério da Integração Nacional da Corregedoria-Geral Adjunta de Infraestrutura da Corregedoria-Geral da União da Controladoria-Geral da União, junho 2007 a setembro 2008

Atividades: análise de processos de acompanhamento. Composição de comissões de processo administrativo disciplinar. Composição de comissões de sindicância patrimonial. Composição de comissões de processo administrativo sancionador de empregados públicos. Condução de inspeções correcionais. Instrutora dos cursos de processo administrativo disciplinar.

Cursos e Capacitações

Certificados disponíveis: https://drive.google.com/drive/folders/1iZJhsFVufMzQgs2Q_uY0av3vJJLeI7AB?usp=share_link

Liderança Feminina. ENAP.

Competências Emocionais e Eficiência em Gestão. ENAP.

Programa de Desenvolvimento de Lideranças. AMANA-KEY.

Insights Comportamentais na Gestão Pública. ENAP.

2018 OECD GLOBAL ANTI-CORRUPTION & INTEGRITY FORUM – Planet Integrity: building a fairer society

2019 OECD GLOBAL ANTI-CORRUPTION & INTEGRITY FORUM – Tech for Trust

2020 OECD GLOBAL ANTI-CORRUPTION & INTEGRITY FORUM – Public, Private and Beyond

2021 OECD GLOBAL ANTI-CORRUPTION & INTEGRITY FORUM - Leading through the Crisis: Integrity and Anti-Corruption for a Resilient Recovery

2022 OECD GLOBAL ANTI-CORRUPTION & INTEGRITY FORUM – Renew with Integrity

2023 OECD GLOBAL ANTI-CORRUPTION & INTEGRITY FORUM – Action to Impact: Working together to strengthen integrity and fight corruption

2024 OECD GLOBAL ANTI-CORRUPTION & INTEGRITY FORUM – Designing our future with integrity

2025 OECD GLOBAL ANTI-CORRUPTION & INTEGRITY FORUM – Harnessing innovations to break new ground

17th Annual Compliance and Ethics Institute 2018. SCCE.

Formação de Multiplicadores na Metodologia de Gestão de Riscos da CGU. CGU.

Gestão de Riscos. ESAF.

Programa de Desenvolvimento de Líderes. CGU.

Insights comportamentais e política pública: Casos Práticos. Rede Chevening Alumni Brazil – Brasília e CGU.

Seminário Internacional Brasil – Reino Unido. Combate à corrupção: novos estudos e tecnologias.

Curso de capacitação e treinamento no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Ministério da Justiça. Advocacia-Geral da União.

Defesa da Probidade e recuperação de créditos. Advocacia-Geral da União.

Auditoria Governamental. CECAD/Presidência da República.